

Memorial

Antonio Dimas

...nos sentirmos nos outros - nos que viveram antes de nós; e em cuja vida se antecipou a nossa. É um passado que se estuda tocando em nervos; um passado que emenda com a vida de cada um; uma aventura de sensibilidade, não apenas um esforço de pesquisa pelos arquivos.

(Gilberto Freyre - *Casa Grande & Senzala*)

Nas origens, uma forte aversão por tudo que lembrasse números e cálculos. Para compensá-la, a atitude interessada e eficiente de uma professora de inglês que se desdobrava, dentro e fora do currículo regulamentar, para arrebanhar clientes. Na mesma equipe, estruturada pelo acaso dos concursos públicos, um outro professor, jovem e dinâmico, declamava o "I-Juca-Pirama" com a imponência de um chefe timbira. Alie-se a isso uma fraqueza de adolescente de cidadezinha interiorana (onde até hoje *as janelas olham devagar...*), que via na língua inglesa um sinal de distinção, e teremos as raízes remotas, difusas, emocionais de uma escolha profissional que veio desembocar de maneira tortuosa na Literatura Brasileira.

Desse passado mais distante posso dizer que apenas dois componentes haveriam de sugerir-me a profissão: o gosto pelas línguas estrangeiras e a preferência pelas leituras as mais desconstruídas, que iam de gibis e jornais, no assoalho recém-encerado, até romances condensados do *Reader's Digest*. Orientação, nenhuma. Berço? Menos ainda. Antes, pelo contrário. Uma persistente oposição materna a tudo que lembrasse letra de fôrma. De biblioteca apenas uma estante rarefeita e bem comportada de duas irmãs: Dona Pina e Leocyl Bolzan. Mas a leitura assustada prosseguia, apesar da má vontade doméstica e do sorriso irônico dos colegas que preferiam a bola no campo. *Ainda mais você, que é filho de jogador de futebol...* Ou, ainda de forma mais sutil: *Professor não dá dinheiro. Medicina é que dá. Ou engenharia...*

Em 1958, início do colegial, desmanchava-se a dúvida entre o Direito e as Letras graças à instalação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na minha cidade adotiva e que meus deslocamentos constantes tornaram natal. Na época, o objetivo ambicioso era a descentralização universitária e o erguimento de uma escola modelo, local propício para a reflexão, longe do burburinho dos grandes centros. A velha oposição Campo x Cidade, em outros termos. Imediatamente, procurei inscrever-me como ouvinte num curso, cujo professor era dos mais festejados pelos poucos alunos e muitas alunas, uma das quais - Maria Helena Pires - nos dera algumas aulas de português no Instituto, substituindo a titular em licença. O que essa professora - de família de várias outras professoras de prestígio na cidade - nos trazia, sem perceber talvez a extensão de seu procedimento, era uma maneira nova e arrojada de tratar a vida, muito distante daquela casmurrice dos corredores gelados e hirtos do instituto de educação estadual.

Com apenas alguns meses de atuação, a Faculdade de Assis, estruturada e conduzida com habilidade pelo querido Prof. Antonio Soares Amora, já espalhava seus vapores emolientes. Dois anos depois de instalada, eu me tornava seu aluno em setor que há tempos me atraía: inglês e alemão. A idéia primeira era ser qualquer coisa como tradutor, intérprete, não visando ao magistério, necessariamente. Uma alternativa nova para uma Faculdade de Letras, cujos cartazes de propaganda se encarregavam de espalhar aos quatro ventos (locais, é claro) outras possibilidades que não o ensino. O tempo haveria de demolir a promessa de uma e a crença de outro.

Depois de um ano na Faculdade, em estreito convívio com as duas primeiras turmas, gente mais madura e mais responsável que nosso bando de adolescentes residuais, convenceram-me de que eu deveria vir para São Paulo.

Vim, vi e perdi.

Abandonei a Maria Antonia no final de 1962 e corri de volta para a antiga placenta. Hoje percebo que foi uma das decisões mais acertadas. Foi-se o ano escolar, mas não a vontade. Esta, aliás, acentuou-se. Um ano de energia desperdiçada converteu-se em determinação redobrada. Era preciso reparar o prejuízo moral e retomar a rotina acadêmica, agora enriquecida por uma convivência providencial com o inglês corrente da *União*

Cultural Brasil-Estados Unidos, onde tinha trabalhado por um ano, por indicação de Cassiano Nunes, como assessor do programador cultural.

A partir desse segundo segundo ano (hoje, à distância, o vejo), a ruga já não era mais de riso. Envolvi-me pra valer nas tarefas escolares que me agradavam; cumpri as demais; interessei-me pelo andamento da escola; participei de comissões e de representações; acordei para a minha posição privilegiada de aluno universitário em tempo integral e comecei a viver uma universidade que não se esgotava em sala de aula e/ou em brincadeira dançante. Parte dessa guinada devo-a a um colega novo que arribara em Assis vindo de... De onde mesmo? Não importa. Importa que foi Onosor Fonseca um dos responsáveis pela perda de inocência da nossa Faculdade, onde ainda, em ocasiões sociais, insistia-se muito no *Tim, tim / Tim, tim / Tim, tim ola-lá / Quem não gostar dele / de quem gostará?* Esse estranho no ninho, com cara de marroquino, dono de um francês invejável e de quem murmuravam, *já foi pra Europa!*, trocou a simplicidade desses versinhos por outros mais mordentes, pouco antes de 64.

Foram três anos de intensa atividade, dois dos quais acompanhados ao longe por um novo e intrigante professor de Literatura Brasileira: J. C. Garbuglio. Com ele eu procurava dar o melhor de mim, apesar de um relacionamento pessoal meio carregado de arestas recíprocas. De um lado, o chefe de poucas falas; de outro, o subordinado de muitas, algumas impensadas, material abundante para a repressão. De qualquer forma, houve acordo no essencial e dele recebi apoio e estímulo, concretizados em atenção profissional, incitamento à pesquisa paralela, disponibilidade para conversas informais e – prova de confiança extremada – convite para ser seu monitor no quarto ano. Eu era seu segundo monitor. O primeiro tinha sido Carlos E. Fantinati, colega de pensão, amigo do peito, mais tarde professor de Brasileira na mesma Faculdade, seu ex-diretor, companheiro até hoje no aturdimiento frente ao cotidiano e diante das voltas que a política dá.

Escolhi então Literatura Brasileira e a Teoria Literária, como matérias optativas de final de curso. Travei contacto, pela primeira vez, com Guimarães Rosa, ofereci meus préstimos aos colegas de séries anteriores e continuei um fichamento que iniciara do “Suplemento Literário” do *Estado de S. Paulo*, tarefa levada adiante com capricho, anos depois, por Marilene Weinhardt nossa colega da UFPR. Por circunstâncias específicas da

escola, todo o trabalho de Literatura vinculava-se ao estudo de textos já estabelecidos, canonizados.

Os cinco anos iniciais dos 60 foram poderoso encorajamento que, de certa maneira, favoreceram a escolha de uma abordagem da Literatura em suas ligações com a Sociedade. Pode ser que na origem dessa atitude estivesse a gentileza com que um dia, ainda aluno de curso clássico no antigo Instituto de Educação de Assis, fora recebido pelo Titular de Literatura Brasileira de Assis, Prof. Antonio Candido, que se dispôs a me ajudar para a Maratona Euclideana de 1960. De forma atrevida, pedi; de forma cortês, ele me ajudou. Como sempre, dispôs-se a me destrinchar uma lista de pontos, onde alguns enunciados me soavam como húngaro medieval. Perdeu-se a lista na gula do tempo, mas não se perderam essas duas folhas de papel jornal, guardadas com ciumento carinho desde 1960, nas quais o Professor traduzia os pontos que me intrigavam.

- 1/1 me*
- a — 1. Fazer um resumo dos dados biográficos e a lista dos livros, sabendo o essencial sôbre o conteúdo.
- b — 2. Pensar nos "temas" dos seus livros, voltados sempre para o estudo apaixonado de um problema brasileiro: capanga ~~de~~ Canudos, problema da Amazônia, etc. E notar que não escreve com interesse descritivo ou apenas verificativo; mas com nítida intenção de chamar a atenção do país, abrir caminho às soluções, etc. Um nacionalismo pessimista, que nada tem de eufórico nem de idílico, mas que se manifesta como "agonia", como drama de consciencia dum brasileiro em face dos nossos problemas.
- c — 3. Fazer um levantamento dos tipos escritos: jagunço, fanático, militar. ^{Mostrar} ~~Mostrar~~ como os personagens existentes que põe em cena servem sempre para chegar a um "tipo", isto é, a um paradigma que exprime menos a individualidade que a situação social que a cerca.
- d — 4. Lembrar que nos Sertões há um predomínio da visão geográfica, pois o meio físico é o fator do isolamento social, e este é a explicação do comportamento dos homens. É o determinismo geográfico, que todavia completa pelos fatores históricos. Ver o estudo breve que faz da penetração das bandeiras e o isolamento das populações nordestinas. Também no estudo sôbre a Amazônia (em A Margem da História). Ver em Contrastes e Confrontos o estudo "A Maioridade à República" para uma interpretação da nossa evolução histórica.
- e — 5. Euclides escreveu a primeira grande monografia sôbre um fato contemporâneo do ponto de vista dos fatores do meio, sendo um dos fundadores da nossa sociologia. Caracterizou certos fatos interessantes, ~~já~~ ~~xx~~ mas a interpretação que deu é em parte superada. Veja-se o que diz sôbre o comportamento anormal das multidões, a psicologia mórbida dos fanáticos, etc. Descreveu na 2a. parte dos Sertões (O Homem) a sociedade rústica do nordestino, ~~xx~~ nos seus usos, costumes, temperamento. Mostrou claramente um dos elementos básicos da nossa sociedade: a oposição entre o interior e o litoral do ponto de vista da civilização.
- f — 6. Este estudo se liga muito ao último, e pode ser feito conjuntamente. Mostrar que os dados da realidade são por ele "transfigurados",

deformados pela imaginação, até alcançar uma escala de grandeza que os aproxima do universo da poesia. Esta está sobretudo na sua visão da realidade.

- g — 7. Consultar os dois volumes da coleção Brasileira. Quais foram os seus principais correspondentes? Como se apresenta nas cartas? Menos tenso? Familiar? Preocupado consigo? Com o seu país? Com a sua obra? Qual o perfil que pode traçar de Euclides ~~através~~ ^{através} das cartas?
- h — 8. Trata-se de contar o assunto do livro, referindo-o aos acontecimentos históricos, expondo também a sua estrutura (meio, homem, fatos).
- i — 9. Contar como foi mandado a Canudos, como foram surgindo os artigos, onde elaborou depois o livro, refundindo estes e outros materiais, quais foram os autores que o influenciaram (Buckle, Taine) ou que lhe forneceram dados (Derby, Teodoro Sampaio)

Artigo de Arolde de Azevedo sobre a Geografia de Euclides, ~~na~~ ~~Revista~~ ~~da~~ ~~Associação~~ ~~dos~~ ~~Geógrafos~~ ~~Brasileiros~~.

Artigo de Wilson Martins sobre o estilo dos Sertões em Anhembi

Em transcrição que facilite a leitura, temos:

1. *Fazer um resumo dos dados biográficos e a lista dos livros, sabendo o essencial sobre o conteúdo.*

2. *Pensar nos "temas" dos seus livros, voltados sempre para o estudo apaixonado de um problema brasileiro: campanha de Canudos, problema da Amazônia, etc. E notar que não escreve com interesse descritivo ou apenas verificativo; mas com nítida intenção de chamar a atenção do país, abrir caminho às soluções, etc. Um nacionalismo pessimista, que nada tem de eufórico nem de idílico, mas que se manifesta como "agonia", como drama de consciência dum brasileiro em face dos nossos problemas.*

3. *Fazer um levantamento dos tipos descritos: jagunço, fanático, militar. Mostrar como os personagens existentes que põem em cena servem sempre para chegar a um "tipo", isto é, a um paradigma que exprime menos a individualidade que a situação social que a cerca.*

4. *Lembrar que nos Sertões há um predomínio da visão geográfica, pois o meio físico é o fator do isolamento social, e este é a explicação do comportamento dos homens. É o determinismo geográfico, que todavia completa pelos fatores históricos. Ver o estudo breve que faz da penetração das bandeiras e o isolamento das populações nordestinas. Também no estudo sobre a Amazônia (em À Margem da História). Ver em Contrastes e Confrontos o estudo "Da Maioridade à República" para uma interpretação da nossa evolução histórica.*

5. *Euclides escreveu a primeira grande monografia sobre um fato contemporâneo do ponto de vista dos fatores do meio, sendo um dos fundadores da nossa sociologia. Caracterizou certos fatos interessantes, mas a interpretação que deu é em parte superada. Veja-se o que diz sobre o comportamento anormal das multidões, a psicologia mórbida dos fanáticos, etc. Descreveu na 2ª parte dos Sertões (O Homem) a sociedade rústica do nordestino, nos seus usos, costumes, temperamento. Mostrou claramente um dos elementos básicos da nossa sociedade: a oposição entre o interior e o litoral do ponto de vista da civilização.*

6. *Este estudo se liga muito ao último, e pode ser feito conjuntamente. Mostrar que os dados da realidade são por ele "transfigurados", deformados pela imaginação, até alcançar uma escala de grandeza que os aproxima do universo da poesia. Esta está sobretudo na sua visão da realidade.*

7. *Consultar os dois volumes da coleção Brasileira. Quais foram os seus principais correspondentes? como se apresenta nas cartas? Menos tenso? Familiar? Preocupado consigo? Com o seu país? Com a sua obra? Qual o perfil que pode traçar de Euclides através das cartas?*

8. *Trata-se de contar o assunto do livro, referindo-o aos acontecimentos históricos, expondo também a sua estrutura (meio, homem, fatos).*

9. *Contar como foi mandado a Canudos, como foram surgindo os artigos, onde elaborou depois o livro, refundindo estes e outros materiais, quais foram os autores que o influenciaram (Buckle, Taine) ou que lhe forneceram dados (Derby, Teodoro Sampaio).*

Artigo de Aroldo de Azevedo sobre a Geografia de Euclides,
Revista da Associação dos Geógrafos Brasileiros.

Artigo de Wilson Martins sobre o estilo dos Sertões em Anhembi.

Hoje, me parece que foi Euclides meu nune mais remoto, pois foi a partir dessa data que, sendo livre a escolha dos temas, minha preferência recairia sobre o social: Aluísio Azevedo, Simões Lopes Neto, Rachel de Queiroz, Ascenso Ferreira, Mário de Andrade, Zé Lins do Rego e outros. Autores que foram vítimas de minhas análises precárias e mecanicistas, sem dúvida, mas que me impeliram à História, à Antropologia, à Sociologia, curiosidade que se saciava no convívio com os novos colegas, alunos de um Departamento de História, recém-instalado. Se a disciplina de Literatura Brasileira já me indicara Gilberto Freyre, Dante Moreira Leite, Câmara Cascudo, Eduardo Prado, Roger Bastide, Florestan Fernandes, Joaquim Nabuco, Nelson Werneck Sodré, Antonio Candido e outros, da convivência com os colegas de História eu retirava sugestões bibliográficas que me

alargassem o conhecimento. Foi assim que aportei em Cruz Costa, Sérgio Buarque de Hollanda, Caio Prado, Jacques Lambert, Celso Furtado, José Honório Rodrigues, Ralph Linton, M. Herskovits, Oliveira Lima, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Max Weber, Henri Pirenne, Margareth Mead, Ruth Benedict etc. Sei que nessa lista, entre outros, faltam nomes importantíssimos como os de Franz Boas, B. Malinowski, Radcliffe Brown, E. Durkheim, J. G. Frazer e Gennep. Mas a eles chego ou chegarei um dia.

Alertado talvez pelo entusiasmo desenfreado das vésperas de '64, o Prof. J. C. Garbuglio sugeria-me a primeira discrepância útil: Raul Pompéia. Não aquele que põe Sérgio em atrito com o mundo, mas o artista que se esconde no discurso do Dr. Cláudio. Com esse trabalho eu começava a desembaraçar-me da obsessão social e com ele ganhava uma confirmação da escolha profissional: o Prêmio “Estímulo” do governo paulista em 1965. Mas o conceito de pesquisa era ainda estreito. A pesquisa de base, a busca arqueológica, essa eu só viria a realizar anos mais tarde em São Paulo, no convívio profissional com o Prof. J. Aderaldo Castello.

Porque foi para esta cidade que decidi voltar, no susto, quando me graduei em 1965.

Pela segunda vez nos defrontávamos. A princípio, baseado na experiência amarga de 1962, preferi sondar o terreno bem devagarinho. Sem precipitação, comecei a rodear as salas da saudosa Maria Antonia, bem mais borbulhantes que a pasmaceira segregacionista e pretensamente virgiliana deste Butantã; inscrevi-me num curso sobre o cangaço e a cultura brasileira; empreguei-me numa escola experimental israelita e depois de uns dois meses decidi-me a reescrever um trabalho sobre os jagunços de Guimarães Rosa. Iniciado no ano anterior, sob orientação do Prof. J. C. Garbuglio, retomei-o como tarefa a ser apresentada no final do curso sobre cangaço, caso chegasse a concluí-lo. (A segunda incursão metropolitana era decididamente cautelosa. Eu não me prometia nada!). Contrariando algumas ponderações, não me inscrevi como aluno regular de pós-graduação (já se chamava assim?) em Literatura Brasileira nesse ano de 1966, mas, para não enferrujar, assistia às aulas sobre o cangaço e a outras de Teoria Literária, na categoria de ouvinte. No final desse ano, os jagunços de Guimarães Rosa já tinham sido passados a

limpo e para isso contei com o auxílio de uma antiga colega de Assis e mentora: Nites T. Feres, de cultura sólida e despretensiosa.

O primeiro ano probatório terminava bem. Concluíra o curso sobre o cangaço de maneira satisfatória, firmara-me no ensino experimental secundário e reescrevera “Riobaldo: esse desconhecido” com o qual acabei ganhando o Prêmio Esso de Literatura, 1967. Agora já me parecia possível conciliar a experiência vital do ensino secundário, em moldes inteiramente novos, com a regularidade de um curso de pós-graduação, iniciado em 1967, na área de Teoria Literária.

Antes, todavia, de relatar os passos da pós-graduação, devo mencionar o significado do trabalho realizado no *Ginásio Israelita Brasileiro Scholem Aleichem*, no tempo em que o Bom Retiro ainda nos tentava a gula com *gefihlterfisch* e *bêigale*. Foi ali que aprendi, na prática, o que haviam tentado transmitir-me nas aulas de didática, de maneira anti-didática; foi ali que coloquei em prática umas tantas idéias e pressupostos adquiridos nos anos anteriores; foi ali que confirmei a suspeita de que um professor orienta, antes de ensinar; foi ali que certifiquei-me de uma vez por todas que o relacionamento com o aluno deve, antes, conter lastro grande de atenção pessoal controlada e foi ali, finalmente, que me convenci da inoperância de esquemas summerhillianos aplicados com pressa à nossa realidade. Três anos consecutivos de acompanhamento diário ao aluno, das 8 às 17, é que tornaram possível, por exemplo, a realização de um seminário sobre *Fogo Morto*, com 17 adolescentes disputando a primazia da leitura de seus relatórios individuais e discorrendo entusiasmados sobre as grandezas e misérias de Zé Amaro, Lula de Holanda e Vitorino Papa-Rabo. A seu devido tempo, alguns me comoveram com relações pertinentes entre a cultura canavieira do romance e aquilo que já haviam lido, pouco antes, por indicação de professores de outras áreas. Se de tudo fica um pouco, do Scholem ficou muito: a certeza inabalável, porque vivida no dia-a-dia, de que a integração harmoniosa de uma equipe, decentemente remunerada e respaldada por uma visão comum de educação, gera resultados fascinantes e surpreendentes.

Entre a Três Rios e a Maria Antonia meu coração balançava. Mas era preciso prosseguir os estudos. Inscrevi-me, então, na pós-graduação de Teoria Literária, cujo primeiro ano teve o mesmo efeito que o retorno para Assis em 1963: desnorteei-me. Havia, contudo, uma vantagem: o problema de aceitação da cidade grande já meio que se

resolvera. Só restava enfrentar a Faculdade. Determinado a continuar, desembarcei-me a custo da saúde placentária e fiquei de sobreaviso. Assim mesmo os resultados do primeiro *round* não me beneficiaram. Descobri-me despreparado para um curso de Estética dado pelo Prof. Vitor Knoll; tive que desistir, a contragosto, de um outro oferecido pela Profª Gilda de Mello e Souza, assistido em bem mais da metade, mas me mantive naqueles oferecidos pelo Prof. Antonio Candido e Prof. Paulo Emílio. Não era fácil conciliar responsabilidades profissionais com as discentes e para algumas destas não me achava preparado o suficiente. Comprovação disso foi uma análise sobre “O Canto do Piaga”, em 1967, elegantemente considerada *razoável*. Se o contacto com a Poesia fora tumultuado por alterações curriculares, durante a permanência em Assis, a crítica sobre textos críticos inexistira e isso determinou um aproveitamento ralo dos *Princípios de crítica literária* de I. A. Richards e da *Introdução à filosofia da arte* de Benedito Nunes, ambos trabalhados em 1967. Simultaneamente, o Prof. Paulo Emílio me pedia uma resenha crítica de Jean Claude Bernardet, *Brasil em tempo de cinema*, e uma pesquisa sobre cinema na cidade de São Paulo no ano de 1919 com base na imprensa diária. No balancete final de 1967 já concluiria que era preciso: 1) o estudo urgente da poesia; 2) o exercício contínuo na elaboração de resenhas críticas; 3) um convívio maior com pesquisa de base, nova revelação, infelizmente pouco orientada. As duas primeiras tarefas ficariam por minha conta e a terceira haveria de expandir-se no ano seguinte, quando me transferi de Teoria Literária para Literatura Brasileira, por sugestão do Prof. Antonio Candido.

Instalado no novo setor, em 1968, comecei com a leitura sistemática da crítica pré-romântica e romântica exigida pelo curso do Prof. J. Aderaldo Castello e, por iniciativa própria, montei um roteiro de leitura sobre Poesia, no qual constavam T. S. Elliot, Damaso Alonso, Wolfgang Kayser, Carlos Bousoño, J. Pfeiffer, Empson, Aristóteles, John Press e outros que me recomendava *o estudo analítico do poema*, apostila do Prof. Antonio Candido publicada em 1967. Uma direção era o estudo histórico de nossas raízes literárias; outra, o municiamento teórico de que carecia com rapidez. Na verdade, os anos de 1966, 7, 8 e 9 não foram um prolongamento do curso de Assis. Foi um curso novo em circunstâncias novas. Cortara-se o cordão.

O corte era duplo, pois me sentia auferindo os proveitos de uma vida universitária em contexto mais amplo e me despedia da escola secundária para iniciar-me no magistério

superior, graças a um convite do Prof. J. C. Garbuglio. Despedida que se radicalizaria em 1970, quando desisti de uma cadeira efetiva de Português no ensino médio oficial, conquistada em concurso público. A opção tranquila era a Universidade, onde, de 1969 em diante, eu faria parte da equipe de Literatura Brasileira da USP, chefiada pelo Prof. J. Aderaldo Castello, meu orientador de mestrado. Por sugestão dele e por falta de um projeto mais consistente de minha parte, iniciei uma pesquisa sobre o simbolismo brasileiro. A idéia de aplicar a teoria levantada no ano anterior seduzia-me. No entanto, logo percebi que não era exatamente essa a linha que me propunham. O estudo tinha muito mais a ver com a pesquisa arqueológica de um grupo que se dispôs a cultivar a memória de Cruz e Sousa, do que com uma eventual análise do produto literário publicado nas páginas da revista *Rosa-Cruz*, objeto da dissertação. Como a primeira pesquisa em periódico, com o Prof. Paulo Emílio, não dera os resultados esperados; como se tratava de uma experiência efetivamente nova para mim; e como eu me achava sob uma orientação cerrada, não tardou que se manifestasse certa resistência de minha parte. Na época, eu não conseguia aquilatar a extensão de uma pesquisa dessa natureza. A princípio aquilo me pareceu pouco relevante, pois a visão de conjunto se perdia e, além de não ter sido suficientemente esclarecido, não me era permitido o uso livre do juízo crítico, ainda que equivocado, não importa. A recomendação era de que me mantivesse imparcial diante do material. Como há tempos eu desconfiava de que a Ciência não é tão neutra quanto se propaga, não demorou para que a resistência se transformasse em desânimo. O mestrado não sairia, imaginava eu. Mas saiu. Defendi-o perante os Profs. J. Aderaldo Castello, Antonio Candido e João Alexandre Barbosa que me atribuíram 9.5.

O noviciado estava vencido e durante esse período contara com os préstimos do orientador, cuja preocupação chegara ao limite de poupar-me de aulas, e com os do Prof. João Alexandre Barbosa, incansável interlocutor que até hoje me exige. Graças ao primeiro, aprofundei minha visão histórica do período em questão, conheci o rigor da pesquisa de base, familiarizei-me com sua metodologia e aprendi a respeitar, quando não a defender, sua validade em termos nacionais. Graças ao segundo, fui posto em contacto com as tendências da crítica formalista e estruturalista, que pouco aproveitei na dissertação. Agora era pensar no doutoramento.

O mestrado defendi-o em dezembro de 1970.

Os cinco grossos volumes de *Kosmos* e outros tantos da *Renascença*, pertencentes ao acervo do IEB, foram o primeiro contacto, em fevereiro de 1971, com um material de onde poderia brotar o doutoramento.

Ainda sob orientação do Prof. J. Aderaldo Castello que me sugeriu essas revistas, eu as folheava com outra disposição, todavia, pois se tratava de periódicos mais abrangentes, menos literários *stricto sensu* e que me forneciam uma pista de continuidade para o mestrado. Talvez estivesse ali a possibilidade de estudar a época numa perspectiva mais ampla, isto é, a de vincular a produção intelectual estampada na revista a um *Zeitgeist*. O esforço inicial de fichamento e de catalogação dos artigos de *Kosmos* e a indexação pura e simples de *Renascença* transcorreram sem problemas. O primeiro surgiu quando percebi a inviabilidade de se tentar juntar as duas numa só análise. Além do risco da duplicação, era serviço que demandava tempo demais. Recorri então à orientação e ficou estabelecido, em caráter provisório, atenção apenas a *Kosmos*. Em dois anos revirei intensamente suas cinco mil páginas e, enquanto isso, comecei a notar que sua natureza, ao contrário das revistas essencialmente literárias, exigia um tratamento diferenciado que discrepasse dos roteiros perseguidos na análise de outros periódicos. Fiquei apreensivo, pois me incomodava a idéia de nova discordância com o orientador e, mais do que nunca, era necessário um contacto mais constante a fim de testar as hipóteses intuídas. Nessas alturas, por volta de 1972, o Prof. J. Aderaldo Castello achava-se na França e uma orientação por carta não me entusiasmava. Tomei, pois, uma decisão difícil e longamente pensada: mudei de orientador. Aproveitei certas alterações burocráticas, fiz outra inscrição para doutoramento e pedi permissão ao Prof. Alfredo Bosi para aceitar-me como seu orientando. Perdi o primeiro orientador, mas conservei-lhe aquela amizade que comporta divergências profissionais. Do segundo, conservo ainda, além do bom relacionamento profissional, a orientação em letrinha miúda e caprichada, em que me alertava sobre os perigos do adjetivo, lição que ainda não aprendi direito.

Agora, sob a nova tutela, eu ousava e foi por isso que me decidi a estudar fora do país por um ano, com a retaguarda firme e serena do meu novo orientador. Antes, porém, completei os créditos devidos à Comissão de Pós-Graduação, fazendo os cursos do Prof. Rolando Morel Pinto (“Jornalismo e Literatura”) e do Prof. Décio de Almeida Prado sobre

o teatro de João do Rio, Roberto Gomes e Graça Aranha, ambos na ECA. Dessa forma só me restavam os exames de língua estrangeira, realizados em 1975, quando de volta dos Estados Unidos, onde passara o ano anterior graças a uma *Lecturer/Researcher Fullbright Fellowship*.

A idéia de viajar me ocorrera durante o estágio da pesquisa que agora se desdobrava e crescia, não se prendendo somente a *Kosmos*. Acontece que, ao percorrer as páginas da revista carioca, comecei a me indagar se seu cronista-editorialista, Olavo Bilac, não teria colaborado em outros periódicos da época. Li então sua biografia, *A vida exuberante de Olavo Bilac*, escrita por Eloy Pontes, e resolvi verificar *in loco*, isto é, na *Biblioteca Nacional* do Rio de Janeiro, qual a extensão da atividade jornalística daquele poeta. Para meu espanto descobri que era enorme: num levantamento primário, realizado em julho de 1973, detectei cerca de 1.100 crônicas, todas elas muito interessadas no que sucedia à volta do cronista. Era preciso armar-me, pois, de um instrumental teórico que me permitisse testá-las, depois, no capítulo do doutoramento dedicado às crônicas de abertura da *Kosmos*. No segundo semestre de 1973 a realidade concreta era: uma pesquisa já bastante avançada e outra nos primeiros passos. Ambas excitantes.

Foi com o objetivo de familiarizar-me com modelos teóricos de análise do comportamento intelectual na sociedade que escolhi a *University of Illinois* em Urbana-Champaign, cujo Departamento de Sociologia oferecia, então, um curso de "Sociologia da vida intelectual", dado pelo Prof. A. Vucenich, que tomava como realidade histórica concreta a França de Baudelaire, Toulouse-Lautrec, Mallarmé e outros. Sobretudo a França depois da derrota de Sedan. A feição teórica, os problemas metodológicos e analíticos, a exposição sobre a Sociologia do Conhecimento, essa ficava a cargo dos assistentes do Prof. Vucenich. Infelizmente, no ano em que cheguei, a equipe se desfez e me vi, então, inteiramente solto num *campus* com 36.000 alunos, tempo mais que farto e uma biblioteca com seis milhões de volumes.

Liberado contra a minha vontade, voltei-me para o Departamento de Literatura Comparada e para o de Inglês, onde assisti a cursos como "Introdução à Literatura Comparada" do Prof. François Jost, "O romance europeu moderno" do Prof. Rocco Montano e - seria esse o título? - "As revistas literárias inglesas do *fin-de-siècle*" de G. Fletcher. Para o segundo semestre, os cursos que escolhi - Proust e Virginia Woolf - foram

cancelados, por absoluta falta de inscrições. Em pleno *Bible Belt*, rodeado de soja e de milho, ainda não transgênicos, era mesmo difícil que ambos suscitassem muitas atenções.

Entretanto, as alternativas dentro do *campus* eram tantas que não havia tempo para chorar. No primeiro semestre, por exemplo, passei quatro meses e meio dentro da biblioteca lendo o que podia sobre América Latina, principalmente a respeito das relações entre os intelectuais e o Poder. E nesta faixa de interesses, coletei uma série de artigos sobre Cuba e os intelectuais latino-americanos, norte-americanos e europeus. Misturaram-se aí Benedetti, Retamar, Vargas Llosa, Lisandro Otero, Neruda, Herberto Padilla, Carpentier, Rama, Debray, Sartre, Manuel Rojas, Sarduy e outros. Estimulado pela leitura recente de um livro vigoroso – *América Latina en su literatura* – nosso continente começava a formar desenho novo e envolvente em minha cabeça, até o momento em que cheguei a uma leitura que me deixou mineiramente desconfiado: *Persona non grata* de Jorge Edwards, poeta chileno, naquele momento exilado em Barcelona, ex-secretário de Neruda em Paris. Esse foi o livro que cortou a emoção para lançar-me de modo saudável na reflexão... Isolada, é verdade. Bem mais tarde, *Retour de l'URSS* de André Gide e *O retrato* de Osvaldo Peralva produziram o mesmo questionamento, mas não afetariam a crença.

Essas leituras e mais aquelas de nossa História segundo uma perspectiva norte-americana haveriam de servir-me como base em um curso para o qual fora convidado: "Cultura da América Espanhola". Em substituição a um colega que se licenciava, responsabilizei-me pelo encargo de explicar (ousadia!) a 16 alunos do "Spanish and Portuguese Department" da *University of Illinois* alguns traços da cultura que se criou abaixo do Rio Grande. O desafio foi grande e não houve problemas sérios. Os eventuais nós eram prontamente desamarrados com a ajuda de dois excelentes alunos, hábeis em converter a informação discursiva em informação quantitativa, bem ao gosto local. Uma era porto-riquenha e o outro era *chicano*. Com esse contacto em sala de aulas confirmava-se outra suspeita minha: o problema não reside no manejo da língua, mas no da linguagem. Por mais fluente que fosse o português ou por mais ginástico que fosse o inglês, havia um dado de que carecia de modo gritante e melancólico: eu não sabia estatísticas convincentes.

Em meio às aulas, às discussões com os colegas e às visitas diárias à biblioteca, ao cinema e ao teatro (estas não tão diárias quanto o desejável), estabeleci um outro roteiro de pesquisa paralela, cujos resultados esperaram em vão por algum interessado: um catálogo

de teses de doutoramento norte-americanas, acompanhadas do resumo, que se ocupam, da Cultura Brasileira. São cerca de 470 resumos que vão de 1960 a 1974, da Antropologia à Sociologia e que engordam principalmente nas áreas de Economia, História e Literatura. Propus sua edição a vários setores uspianos e não-uspianos e a resposta sempre foi o desinteresse, não obstante estar, já naquela altura, plenamente convencido da necessidade de instrumentação básica para a pesquisa humanística neste país. Convicção, aliás, que me fora instilada pela própria universidade de que fazia parte. Num dos institutos, por exemplo, alegaram que seria necessário traduzir os resumos, porque *não é aconselhável* que uma instituição como esta publique textos em língua estrangeira. De nada valeram os contra-argumentos, ponderando que aquilo era material para pesquisadores avançados, habilitados, em princípio, a ler naquela língua franca. Foi inútil. Meses depois, o mesmo instituto publicava um número especial em francês, homenagem a um ex-professor desta Casa, um de seus *founding fathers*, mas de origem francesa.

Junto com a redação dos dois últimos capítulos do doutoramento, em Urbana-Champaign, eu pesquisava o que se pesquisou a nosso respeito e me preparava para uma visita à "Oliveira Lima Library" da *Catholic University* de Washington, D.C., onde, dias antes do Natal de 74, embasbaquei-me diante de copiosa documentação epistolográfica, na sua grande maioria, esquecida. Vinte e cinco gavetas de aço abarrotadas de cartas de Veríssimo, Machado, Aluísio, Gilberto Freyre, Jackson de Figueiredo, Fidelino de Figueiredo à espera de um pesquisador que pudesse ser eu, no tempo devido. Dessa visita rápida restaram uma comunicação e o desejo abortado de trabalhar nesse viveiro documental, mal explorado até mesmo pelos colegas norte-americanos.

Desse modo encerrou-se a experiência de "Visiting Lecturer/Researcher" nos Estados Unidos, onde ainda tive a oportunidade de visitar centros de estudos brasileiros como os da *Indiana University* (Prof. Heitor Martins), *University of Texas* (Prof. Norman Potter), da *New York University* (Prof. Wilson Martins); de participar de seminários sobre literatura latino-americana, na *University of Kentucky* em Lexington, onde conheci Emir Rodríguez Monegal, sempre atencioso e abundante nas informações; ou, simplesmente, de vivenciar o ambiente acadêmico: *Chicago University*, *Amherst College* (CT) e *Georgetown*. Mais tarde fui acrescentando os *campi* de *Yale*, *Harvard*, *Brown*, *Columbia*, *University of Maryland*, *Princeton*, *Rutgers College* (New Brunswick, NJ), *New Orleans*, *Loyola*, *UC-*

Berkeley, UC-Santa Barbara, University of Florida-Gainesville, UC-Los Angeles, University of Colorado-Boulder, University of Arizona-Tucson, Stanford, UC-San Diego, Johns Hopkins e University of Pennsylvania-Philadelphia a esse rol de vivências, não necessariamente docentes.

Assim que cheguei, em janeiro de 1975, reassumi minhas funções nesta Casa, cumpri as últimas exigências para o doutoramento, dei os retoques finais na tese, e comecei a me encarregar, sistematicamente, de cursos na graduação. Foi outro aprendizado duro, porque comecei pelos cursos de literatura colonial, assunto que mal conhecia, porque nunca tinha estudado. Tomei gosto, ensinei-a durante anos e me convenci de que daria os cursos de graduação de forma progressiva: da Colônia para o moderno, onde cheguei há menos de dez anos. O contemporâneo, parece, vai ter que esperar mais um pouco.

Em obediência ao projeto pessoal de avançar com cautela e de formar uma visão própria do caminho de nossa literatura, na medida do possível, fui lendo os textos mais significativos do período e conhecendo melhor os cronistas, a historiografia, a produção barroca mais que a arcádica, a romântica e a realista, onde me detive. Foi por essa razão que elegi o Barroco e o Realismo como interesses básicos daquele momento docente inicial. Essas duas estéticas, tão diferentes entre si, forçaram-me a refletir sempre em termos relativos, atendendo ora ao *esprit de finesse*, ora ao de *géometrie*. O trato alternado de ambos, bem como o balanço sistemático entre poesia e prosa, tem-se mostrado eficaz para minhas necessidades profissionais e disso resultaram antologias sobre Gregório de Matos e sobre Aluísio Azevedo, entre outras.

Quanto ao doutoramento defendi-o finalmente em dezembro de 1975 diante dos Profs. Alfredo Bosi, Antonio Candido, João Alexandre Barbosa, Roberto Brandão e Telê Porto Ancona Lopez.

Com *Tempos eufóricos* (Análise de *Kosmos*: 1904-1909) obtive 9.4 e - mais do que isso - a oportunidade de expandir meu repertório de leitura que, doravante, haveria de incluir Gilberto Amado, João do Rio, Francisco de Assis Barbosa, Afonso Arinos de Mello Franco, Luís Edmundo, muito Brito Broca, Alfredo Bosi, Moniz Bandeira, Edgar Carone, José Honório Rodrigues, Edgard Cerqueira Falcão e outros brasileiros. Na bibliografia estrangeira o socorro viria de Wayne C. Booth, L. L. Schücking, Roger Shattuck, E. Staiger, Jean Franco, Thomas Skidmore, Richard Graham, W. Sombart e de duas grandes

revelações para mim: Antonio Gramsci e F. Braudel. Como presente inesperado e guardado a sete chaves, um bilhete de Drummond, depois que o livro saiu pela *Coleção Ensaios da Ática*, em 1983:

Rio de Janeiro, 2 de maio, 1983.

Caro Antonio Dimas:

Não imagina como o seu livro "Tempos Eufóricos" me deu prazer e... saudades. Sou, desde menino, leitor inveterado de revistas, e Kosmos não escapou à minha curiosidade intelectual. Ainda na minha cidadezinha natal, pude ler alguns números dela, e mais tarde percorri a coleção completa. Então, conhecer o seu estudo, de grande interesse para a história da imprensa brasileira e também para a da nossa vida literária, de certo modo me transportou à infância e à adolescência remotas. Obrigado pelo amável oferecimento. [...]

Carlos Drummond de Andrade

A rigor, minha atividade universitária, da qual não descolo a participação administrativa, tem sido tríplice, na esteira dos melhores exemplos: o indivíduo na sala de aula; na biblioteca rodeado de jornais quebradiços; e quase engolfado pela burocracia institucional, cada vez mais absorvente e à qual é preciso opor resistência razoável. O difícil tem sido encontrar uma fórmula que me permita trazer esses jornais para os alunos. Em outras palavras: tentar cativá-los para a pesquisa arqueológica, assunto que pouco os atrai, seja porque os prazos institucionais para obtenção dos títulos têm-se tornado mais e mais constrangedores, seja porque se trata de atividade estranha ao cânone, entidade que tanto se combate, mas pouco se enfrenta.

Uma vez cumprido o doutoramento, sistematizei minha participação nos cursos de graduação e comecei a procurar outras formas de inserção profissional, porque apenas as docentes e as burocráticas não aplacavam um desejo trintão de atividade. Foi quando Flávio Aguiar, um dos editores do jornal *Movimento*, convidou-me para colaborar naquele órgão de respeitável memória. Em seguida, um velho amigo - Wladimir Soares - me pôs em contacto com a editoria de variedade do *Jornal da Tarde* de São Paulo, que andava à cata de gente que escrevesse sobre literatura. Começava nova etapa paralela ao *campus*. Graças

a ela aprendi a ser mais rápido no texto, menos tecnicista e menos acadêmico, porque o jornal apenas informa. Quem ensina é a escola.

A colaboração regular com o *Movimento*, primeiro, e com o *Jornal da Tarde*, depois, manteve-a durante cerca de seis anos. Ali, fui forçado a me desvencilhar do cânone literário já sedimentado e a ter coragem para opinar, mesmo que errado. Sem a proteção do cinturão acadêmico, o jornal encurrala, porque não se tem tempo para ouvir a opinião histórica. É um *fiat lux* sedutor e, por conseguinte, perigoso. Bem menos protegido que a sala de aula, cercada de História por todos os lados, o jornal dá passadas muito largas e não permite que se olhe o arredor com lupa. O ruído alegre da redação é forte desafio, incompatível com o silêncio das bibliotecas.

Junto com as aulas regulares e com a colaboração nos jornais, não me desgrudava da pesquisa em andamento sobre o jornalismo de Bilac. Em dado momento, mostrou-se necessária uma pesquisa no espólio de Eça de Queirós, motivo que me levou a pleitear uma bolsa da *Fundação Gulbenkian*, com o objetivo de trabalhar em arquivos portugueses. Em Lisboa por seis meses, pude amealhar alguma informação, sempre muito prejudicada por uma burocracia excessiva e por uma esquivação generalizada, mas que foi regamente recompensada pela convivência curta, mas extraordinária, com Ernesto Guerra da Cal, grande conhecedor de Eça. O contacto pessoal com esse professor atenuou qualquer frustração que o vazio documental pudesse provocar.

Depois dessa temporada em Portugal, a viagem profissional seguinte deu-se em 86-87, quando Jean-Yves Mérian, o biógrafo de Aluísio Azevedo, convidou-me para substituí-lo na *Université de Rennes*, na qualidade de professor-visitante. Permaneci dois semestres letivos no Departamento de Português dessa instituição e aprendi mais que ensinei. Aprendi a ver de perto o drama de um número significativo de alunos de origem portuguesa, ainda nascidos em Portugal ou já na França, que se angustiava com o desafio de sua identidade cultural. De muitos ouvi que se sentiam portugueses na França e franceses em Portugal, para onde, invariavelmente, os levavam as saudades e um indisfarçável desejo de se mostrarem vitoriosos, nem que fosse temporariamente. Aprendi também a ouvir a queixa baixinha de uns poucos alunos, um ou dois, de origem mahgrebina, que idealizavam o Brasil como país sem preconceitos.

No retorno dessa temporada, abria-se uma outra oportunidade dentro da universidade: José Carlos Sebe queria afastar-se da direção de um programa de intercâmbio entre a USP e um conglomerado de universidades norte-americanas, conhecido entre nós por *ISP-USP*. A conquista de uma bolsa de estudos para *Stanford*, na Califórnia, levava esse colega do Departamento de História a uma ausência prolongada e isso requeria um substituto no programa dirigido por ele e assessorado com perspicácia bem brasileira por Ana Luísa Coimbra, cujo inglês fluente e invejável transpunha vários obstáculos do cotidiano.

Aceita a incumbência, depois de sabatinado pelos chefões do *Council on International Educational Exchange* (CIEE) de New York, tomei a peito a orientação acadêmica de grupos regulares de estudantes que vêm para esta universidade em busca de cursos sobre o Brasil, em sua grande maioria. Moças e moços, na faixa dos 20 anos, que se afastam de seus *campi*, movidos pela curiosidade intelectual, alguns, ou pela simples curiosidade juvenil, a maioria. Situam-se muitos deles num patamar médio de desempenho acadêmico. Nada de extraordinário. Nem acima, nem abaixo da expectativa, mas quase sempre muito dependentes da orientação de um tutor, acostumados que estão, na origem, com uma estrutura institucional que, a pretexto de orientá-los, dá-lhes um plano prévio sem muito lugar para a surpresa e para o imprevisto. Mais rotina, que aventura. Para boa parte desses alunos/as, a aventura está nas praias do Nordeste, para onde rumam, alegres, mal termina novembro. Em março, bronzeados e novidadeiros, voltam quase todos, maravilhados com o *real Brazil* que supõem terem encontrado e enfasiados com a perspectiva de enfrentar São Paulo por mais um semestre.

Foi exatamente por causa desse pêndulo alegria/enfado que, em certo momento, sugeri ao CIEE que aos alunos que viessem por dois semestres letivos fosse-lhes dada a oportunidade de cursar o segundo (março-junho) na *Universidade Federal da Bahia*. A sugestão, aceita em seguida, tinha por objetivo a tentativa de fornecer a esses estudantes uma visão mais ampla do país, não limitada tão somente ao sul. E decorria, além do mais, de uma das experiências mais marcantes e mais emocionantes que vivi junto a esse programa de intercâmbio: a de uma aluna da *University of Wisconsin*, que aderiu de corpo e alma ao candomblé. Tratava-se de uma jovem negra, de português fluente, que não reapareceu em São Paulo para o reinício das aulas em março. Na segunda quinzena do mês,

passada já a tentação do Carnaval tardio, quando começávamos a nos mover para saber do paradeiro dessa aluna, recebemos dela um comunicado: que não queria mais saber da confusão paulistana; que decidira passar o resto de sua temporada em Salvador; que resolvera se iniciar, de vez, nos cultos afro-brasileiros; que já começara sua iniciação severa como filha-de-santo. Em que terreiro andarás, hoje, a Katia Wilson, da turma de 91-92? Onde será que ela espalha aquele sorriso claro e cheio de boa vontade, rasgado num rosto redondo e lindo? Como será que se comportam seus Exus e Oguns naquelas terras geladas do Norte? Sobrevivem naquele frio?

Esse trabalho de orientação acadêmica nunca interferiu nas atividades rotineiras de docência ou de pesquisa e nem mesmo nas de coordenação do curso de pós-graduação de Literatura Brasileira, função para a qual fui eleito em 1990 e na qual permaneci durante sete anos, por vontade dos Colegas. Dela afastei-me, em setembro de 1997, porque havia ganhado bolsa de pós-doutoramento da *FAPESP* para uma temporada de estudos e de pesquisa em Paris.

À testa dessa coordenação, de burocracia cada vez mais pesada e mais sufocante, pude desenvolver um trabalho de recuperação estrutural do curso, junto com uma intensa política de aquisição bibliográfica, ainda possível naquele tempo. Desta beneficiaram-se nossa biblioteca e nossos alunos de graduação e de pós-graduação, na medida em que uma extensa lista de títulos novos foi adquirida, composta de "Crítica", "Repertórios bibliográficos", "Memorialismo", "Prosa", "Poesia", "Revistas e Periódicos", "Teatro", "Conexos", "Documentação midiática". Do ponto de vista rigorosamente estrutural e institucional, a grande conquista da equipe foi a maior nota outorgada pela *CAPES* na avaliação de 1997-1998: 7. Dos 67 cursos de pós-graduação de Letras avaliados naquela ocasião, apenas dois obtiveram o mais alto grau: a pós-graduação em Linguística da *UNICAMP* e o nosso. De acordo ainda com a *Síntese dos Resultados*, publicada pela *CAPES* em 1999 e referente à avaliação de 1998, foram avaliados 1.332 cursos de PG do país, em sua totalidade. Desses 1.332 cursos das mais diversas áreas de conhecimento, apenas 23 obtiveram a nota 7. Isto significa que nossa PG inscreveu-se no grupo restrito de 1,7% de qualidade nacional. Se esses números e essa quantificação rigorosa, estabelecida

pela *CAPES*, significam qualidade necessária, nosso grupo pode ser considerado de excelência.

Esgotada a experiência de coordenação da PG, que completava outra anterior de coordenação da graduação entre 1987 e 1989, inscrevi-me para uma bolsa de pós-doutoramento junto à *FAPESP*. Queria estudar a recepção do romance brasileiro na França, principalmente depois da 2ª Guerra Mundial, estimulado pelas pesquisas anteriores de Pierre Rivas, cujo *Encontro entre literaturas. França-Portugal-Brasil* (SP: Hucitec, 1995), traduzido pela equipe do *NUPEBRA/IEA*, cobria o período anterior a 1940.

Em Paris, afiliado ao "Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain" da *Maison des Sciences de l'Homme*, no Boulevard Raspail, permaneci por dez meses, entre setembro de 1997 e julho de 1998. Sítio institucional apenas, a *Maison* serviu-me também para alguns poucos contactos profissionais, porque a pesquisa se fazia ora na BN, ora em editoras, ora em arquivos universitários. Nesse vai-e-vem mais que saudável pela cidade, que não me permitia fixar-me de forma cansativa em nenhum lugar e que me levou a arquivos imprevistos, como o do Ministério das Relações Exteriores, o famoso e suculento *Quai d'Orsay*, tive sempre a retaguarda atenta, carinhosa e muito informativa de Pierre Rivas, fonte inesgotável de conhecimento sobre as relações literárias França-Brasil.

Curiosamente, no entanto, a pesquisa não prosperava, não produzia surpresas. Os artigos de imprensa, especializada ou não; as contra-capas; as orelhas de livro; os catálogos editoriais; as informações técnicas obtidas junto a organismos especializados como o *Centre National du Livre* pareciam não acrescentar muito a um consenso crítico que já fora formulado pela própria crítica brasileira: na ponta, Graciliano Ramos, Guimarães Rosa, Euclides, Clarice e Machado; mais atrás, Jorge Amado e outros regionalistas; na rabeira, Paulo Coelho, cuja editora, aliás, foi de uma eficiência a toda prova quando solicitada a me fornecer material do seu dossiê. Nenhuma outra editora foi tão atenciosa quanto a de Anne Carrière. Talvez seja isso que explique o enorme sucesso do escritor na França, onde, em determinado momento, chegou a manter mais de um título por mais de três semanas na lista dos mais vendidos. Em *L'Express* (02 mai. 1996), no *Le Point* (12 abr. 1996), no *Le Nouvel Observateur* (09 mai. 1996) e nos *Livres Hebdo* (29 abr. 1996) lá estão *Le Pèlerin de compostelle*, *L'Alchimiste* e *Sur le bord de la rivière Piedra...* comprovando o sucesso de público desse enigma literário.

Desanimado pelo previsto, mas não da pesquisa, encontrei um dia, por acaso, no cantinho de um jornal velho na velha *Bibliothèque Nationale*, uma crônica que me chamou a atenção e que me abriu um flanco novo, mesmo que a temporada já estivesse no fim. Era um texto de Émile Henriot, que me abriu os olhos, em suma, para a seguinte situação, relatada por mim à FAPESP e aprovada pelo seu parecerista:

Assim que se livrou dos nazistas, o governo da França Livre emitiu um decreto, em 22 de novembro de 1944, determinando que fosse constituída uma missão cultural encarregada de percorrer a América Latina. Sob a chefia de Pasteur Vallery-Radot, professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Paris e membro da Academia Francesa, essa embaixada contava com a participação de M. Albert Ledoux, Ministro Plenipotenciário; de Mme. Vallery-Radot; de M. Jacques de Lacretelle, também da Academia Francesa; de M. Raymond Ronze, administrador do *Groupement des Universités et grandes écoles de France pour les relations avec l'Amérique Latine*; do Capitão Gabard, ex-combatente da Liberação; e do Conde de Sieyès. A Missão Pasteur Vallery-Radot, como ficou conhecida, viajava com o objetivo geral de reaproximar a França dos países latino-americanos.

Com estratégia bem calculada e bem planejada, a Missão atribuía tarefas específicas a seus componentes, sempre dentro de uma orientação geral que enfatizava a gratidão francesa pelo apoio latino-americano durante a Ocupação.

Dessa forma, o Capitão Gabard deveria explicar como se desenvolvera o trabalho da Resistência no estrangeiro, enquanto que Vallery-Radot e Raymond Ronze se encarregariam de explicar o espírito da Resistência, no interior do país, e quais eram as expectativas da *France Nouvelle*. Albert Ledoux deveria ocupar-se de manter relações e fazer contactos com os *Comités de la France Libre*. Ao Conde de Sieyès estava reservada a tarefa de intercambiar sugestões de ordem econômica. Mme. Vallery-Radot, por sua vez, responsabilizar-se-ia por visitas a instituições que mantivessem contacto estreito com a França, tais como escolas, hospitais, organizações filantrópicas, etc. Finalmente, ao Chefe da Missão, bem como a M. Raymond Ronze, eram reservadas as funções que mais nos interessam aqui, que eram as de trabalhar pela reaproximação intelectual entre a América Latina e a França, fortemente deterioradas pelo

conflito e pela emergência de concorrentes, agora que se desenhava novo quadro geo-político.

No contexto imediato do pós-guerra, quando as condições de transporte internacional eram ainda muito precárias, a Missão deixou Paris em 26 de janeiro de 1945, a caminho de Londres. Da capital inglesa, partiram em 16 de fevereiro com destino a New York, onde ancoraram no 26 de fevereiro.

Antes, porém, de sair rumo a alguns países do Caribe, primeira etapa da viagem, a Missão teve de enfrentar uma situação interna bastante espinhosa: no rescaldo do conflito, momento de ajustar diferenças e de reverter situações, deu-se que acusaram M. Jacques de Lacretelle de simpatia pelo Governo de Vichy. Segundo a acusação, M. de Lacretelle publicara um artigo em jornal suíço, em 1941, no qual ficara clara sua simpatia pelos nazistas. Diante disso, o Prof. Vallery-Radot, o Ministro Albert Ledoux e o Cônsul da França em New York pediram, e obtiveram, a renúncia do acusado.

Desembarçada desse obstáculo, a Missão zarpuo rumo ao México, Cuba, Haiti e República Dominicana. Em seguida, desceram até Venezuela, Brasil, Uruguai e Argentina e, depois, subiram até o Chile, a Colômbia e o Equador, onde encerraram seus trabalhos, em 23 de julho de 1945.

Toda documentação decorrente dessa Missão está depositada no Ministério das Relações Exteriores da França, no Quai d'Orsay. Dos relatórios parciais e geral, da troca intensa de telegramas, de algumas informações confidenciais, dos despachos diplomáticos, das anotações sigilosas, da variedade de notas pessoais, dos pareceres emitidos, hoje consultáveis nos arquivos do Ministério, emana uma preocupação comum e concreta, muito bem assinalada no relatório parcial de Raymond Ronze: *Pendant la carence de la France, les États-Unis ont essayé de prendre la place intellectuelle de notre pays. Ils ont fait un effort colossal, dépensant sans compter, organisant écoles, universités populaires, centres de lecture et de récréation, envoyant des professeurs américains en Amérique Latine, attirant les professeurs latino-américains dans les universités américaines, multipliant les voyages d'étudiants aux États-Unis, créant de nombreuses bourses universitaires.*

Par une pression de plus en plus forte, ils essayent de mettre la main sur tout l'enseignement en Amérique Latine.¹

Preocupada, com razão, diante do avanço cultural norte-americano, a França esforçava-se por recuperar um terreno perdido, apostando, de novo, muito mais no prestígio de sua cultura e de sua literatura historicamente exportáveis do que em novos mecanismos de ocupação territorial, exercidos com astúcia comercial por um país que despontava para a hegemonia. À sedução das Belas Letras opunha-se, agora, o fascínio de mercadorias mais palpáveis e mais reluzentes.

Quem objetivou essa tentação de forma cortante e muito pouco diplomática foi Émile Henriot, um jornalista do *Le Monde*, que veio para o Brasil poucos meses depois da Missão Pasteur Vallery-Radot.

Encantado com a possibilidade de conhecer e de confirmar a existência de um paraíso na terra, Émile Henriot embarca modernamente de avião, em julho de 1946 para o Brasil. Dessa viagem, restaram nove crônicas no *Le Monde*, mais tarde recolhidas em livro sob o título de *Beautés du Brésil*.²

Desse material, mais o que vier a ser coletado nos periódicos brasileiros sobre a repercussão dessa visita ao Brasil, poderá sair um estudo que esclareça com maior nitidez a passagem de nossa francofilia para a atual anglofilia, atreladas ambas à hegemonia comercial que os países respectivos representam e representaram no contexto ocidental. Porque as inúmeras considerações de caráter cultural perdem sua camuflagem quando, em curto parágrafo, Émile Henriot demonstra que a motivação de sua viagem era mesmo econômica:

Voici l'un des problèmes tout de suite perceptible à Rio: si le coeur et l'esprit y restent tournés vers la France avec une fidélité et une ardeur sur laquelle il y aura à revenir, le pratique et l'économie sont tout entiers orientés vers l'U.S.A., qui déjà couvre ce pays de ses films, de ses autos, de ses avions, pour ne pas parler de ses cigarettes, de ses chewing-gums et de ses drops... (Le Monde, 31 jul. 1946)

¹ O conjunto documental sobre a Missão Pasteur Vallery-Radot está no microfilme P 4 368, vols. 72, 73 e 74; Série Relations Culturels 1944-1952.

² As crônicas de Émile Henriot foram publicadas em 03 jul., 31 jul., 05 ago., 20 ago., 23 ago., 02 set., 03 set., 05 set. e 14 set. de 1946. Acrescentadas de outras impressões, reaparecem elas em *Beautés du Brésil*. Paris: Éditions Jules Tallandier, 1947.

Talvez por não se confinar ao âmbito rigoroso do estudo literário, esta é uma hipótese de trabalho que me parece mais rendosa que a simples confirmação do prestígio intelectual ou popular de alguns de nossos escritores, uma vez que, como já afirmamos acima, não se produziu nenhuma alteração substancial no elenco estabelecido por nossa crítica, exceto no caso de Paulo Coelho, fenômeno mais de mídia que estético, mais de carência de utopias que temático.

Ao argumento que descarta a estabilidade das preferências canonizadas e prefere a passagem da francofilia para a anglofilia, não se pode ignorar que, do lado brasileiro, em plena guerra, ocorrera vigorosa resistência solidária à França, ainda no topo da preferência de nossa intelectualidade. Em livro hoje difícil e, portanto, precioso,

... foi recolhida, em 1944, uma série valiosa de crônicas brasileiras que, naquela ocasião, tinham sido transmitidas pelo Rádio Ministério da Educação (PRA-2) do Rio de Janeiro, entre setembro de 1943 e outubro de 1944. Com elas, o diretor da rádio, Fernando Tude de Souza, atendera ao pedido de Beatrix Reynal, uma poeta francesa radicada na Capital Federal, empenhada em prestar serviços de radiodifusão a favor de seu país ocupado. Segundo Fernando Tude de Souza, *Beatrix Reynal queria apenas o microfone. Encarregar-se-ia de tudo o mais. Traria artistas, traria intelectuais, traria brasileiros e franceses que convenceriam os incrédulos de que a França não caíra e que a França estava temporariamente caída, mas não conquistada.*³

De fato, Beatrix Reynal conseguiu arrebanhar nomes de prestígio ou outros em plena ascensão, pois que o índice dessa obra de título dramático abriga nomes como Renato Almeida, Michel Simon, Augusto Frederico Schmidt, Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos, Aníbal Machado, Guilherme Figueiredo, Afrânio Peixoto, Moacir Werneck de Castro, Afonso Arinos de Mello Franco, João Luso, Murilo Mendes, Abgar Renault, Rodrigo Otávio Filho, Tristão de Ataíde, Jorge de Lima e outros.

Em meio a tamanha heterogeneidade textual - em que Graciliano ainda é o menos derramado, como sempre - o tom geral é o da

³ Sem autoria específica, contando apenas com a apresentação de Fernando Tude de Souza, o livro intitula-se *Franceses, nós cremos em vós* (Programa da PRA-2). Rio de Janeiro: Serviço de Radiodifusão Educativa - Ministério da Educação e Saúde, 1944.

solidariedade, da exaltação e de incentivo à reconquista da auto-confiança, necessários naquele instante. Instante em que o *Brasil sentiu como poucos países os momentos difíceis e dolorosos que a França viveu quando os inimigos da cultura e cultores da barbárie desfecharam pelo mundo afora a onda de miséria e de luto que também nos atingiu. A sorte da França era a sorte de todas as nações civilizadas e todos nós sentimos isto nos trágicos momentos de 1939 e 1940. O dia da queda da França, em maio de 1940, foi um dia de luto para o Brasil e para toda a humanidade.*⁴

Talvez esteja nessas viagens mais frequentes à França, nos anos 90, uma das razões mais prováveis de ligeira mudança de rota em minhas pesquisas. Pode ser que o acesso constante a uma bibliografia mais vinculada à historiografia literária de um ponto de vista das articulações grupais tenha produzido algum efeito em minha forma de encarar a literatura. Não é difícil de acreditar que livros como *Passage de l'Odeon. Sylvia Beach, Adrienne Monnier et la vie littéraire à Paris dans l'entre-deux-guerres* de Laure Murat; *La rive gauche. Intellectuales y política en París, 1935-50* de Herbert R. Lotman; *Sylvia Beach and the Lost Generation. A History of Literary Paris in the '20s & '30s* de Noel Riley Fitch; *Literary France. The making of a culture* de Priscilla Parkhurst Clark ou *La République mondiale des Lettres* de Pascale Casanova possam ter restaurado com ânimo uma percepção do fenômeno literário como fato social, lição que já me cativara desde a leitura bem remota de uma obra que considero seminal neste terreno: *Literatura e Sociedade* de Antonio Candido. Textos como esses são apenas alguns dos exemplos que reforçam minha adesão à literatura como artefato que exige contextualização social, cultural, histórica e antropológica. Sua condição estética é condição imprescindível, mas não soberana e totalitária.

Pouco antes de embarcar para a pesquisa sobre recepção da Literatura Brasileira na França, vencera meu mandato como diretor-suplente do Instituto de Estudos Brasileiros, onde tinha tido a oportunidade de

⁴ Franceses, nós cremos em vós, p. 5.

organizar com Telê Porto Ancona Lopez um curso sobre Cultura Brasileira, cujo tema era o cinquentenário do fim do governo Vargas, em 1945. Foi uma frustração.

Os participantes eram de primeira qualidade; os temas propostos eram de muito interesse; o calendário parecia razoável, mas a frequência numérica ficou muito aquém do que esperávamos. Para mim, pelo menos, esta é uma questão ainda não resolvida, mas que não chegou, em momento algum, a abalar a dedicação e a admiração que sustento pelo trabalho de pesquisa desenvolvido naquele instituto, dono de um acervo documental respeitável e cuja parceria muito honra nossa disciplina. Muitas das publicações daquele órgão, relacionadas com a Literatura Brasileira, constituem-se, hoje, como verdadeiros padrões de qualidade, atestado de maturidade da pesquisa literária e histórica neste e deste país. Para não esticar a lista, permitam-me mencionar três apenas: *Bibliografia brasileira do período colonial* de Rubens Borba de Moraes, 1969; *Brasil: 1º tempo modernista - 1919/29. Documentação* de Marta Rossetti Batista, Telê Porto Ancona Lopes e Yone Soares de Lima, 1972; *Correspondência. Mário de Andrade & Manuel Bandeira* de Marcos Antonio de Moraes, 2000.

A vivência no/do IEB, um dos meus locais favoritos de trabalho nesta Universidade de São Paulo, desde 1969, acentuou-se ao longo do tempo, seja como pesquisador de suas riquezas, seja como integrante de seu Conselho Diretor, em vários momentos.

Tem sido a convivência com seus profissionais da pesquisa; a fruição de suas estantes peçadas de obras raras; a observação das técnicas zelosas de conservação e de preservação de seus documentos; a metodologia que foi se desenvolvendo e se aprimorando desde a absorção do espólio de Mário, nos distantes anos '60; a possibilidade quase que diária de poder conviver com uma pinacoteca fundamental em nosso processo de modernização cultural; a garra didática e docente de seus pesquisadores e técnicos; a fartura de sua documentação cobiçada; o valor intrínseco e internacional de sua inserção na USP; sua referencialidade acadêmica nos estudos de cultura brasileira fazem do IEB espaço privilegiado para o desenvolvimento e formação do pesquisador que atue nas Humanidades.

Meu envolvimento com a PG, além da esfera administrativa, também não pode ser negligenciado. Afora os cursos sobre Gregório de Matos, sobre a crônica, sobre Gilberto Freyre e a intervenção esporádica em cursos alheios, ao longo de todos estes anos, acompanhei três alunos na Iniciação Científica e levei outros seis ao Mestrado e mais catorze ao Doutorado, sem incluir nesta conta os atuais alunos com trabalho em andamento: dois no Mestrado e outros dois no Doutorado. Com base nessa experiência docente e administrativa, concorri, por sugestão do Prof. José Luís Fiorin, à representação nacional da área de Letras/Linguística junto à *CAPES*, em setembro de 1999, para um mandato de dois anos. Os colegas confiaram-me tarefa que me honrou e que tentei cumprir à risca. Resultou desta incumbência, entre outros benefícios profissionais, uma visão mais ampla e mais realista do nosso sistema de pós-graduação. Mesmo porque, vencido o primeiro mandato 1999-2001, pleiteei um segundo e para o qual fui reeleito, desta feita por três anos, uma vez que, por necessidades internas, a direção da *CAPES* houve por bem ampliar todos os novos mandatos.

Brasília não interferiu além do permitido nas obrigações a que me propusera depois da Livre-Docência, mas devo admitir que as protelaram bastante. Prova disso é este concurso tardio e a publicação, em livro, da pesquisa que me concedeu o título de Livre-Docente pela USP.

No entanto, isso não é dito com a menor sombra de ressentimento, porque, primeiro, fui eu que pleiteei a candidatura, por duas vezes; segundo, porque essa experiência institucional abriu-me, ampliou-me e melhorou-me a visão de Brasil, tanto no plano especificamente acadêmico, quanto no plano cultural. Porque as oportunidades de que dispus nas visitas aos vários centros de PG entre Belém e Porto Alegre não só relativizaram minha perspectiva usp-cêntrica (que nunca foi das mais animadas, confesso), como me convenceram de que o maniqueísmo corrente, mas não explicitado, entre o ensino superior público e o ensino superior privado é apenas mais um dos maniqueísmos brasileiros. Que a satanização do ensino superior privado em oposição à idealização do ensino superior público precisa ser revista e discutida com mais cuidado. Que os órgãos governamentais, federais e estaduais têm sim de exercer severo controle de qualidade tanto sobre um setor como outro, se tivermos de obedecer a essa divisão binária simplista. Que o divisor de águas não está entre o público e o privado, mas entre a alta e a baixa qualidade. Que o joio

não é, necessariamente, privado, nem o trigo é, necessariamente, público. Que uma peneira cada vez mais fina e mais sofisticada se sedimente em processo cumulativo e sensível às variações regionais deste país continental, sem prejuízo de padrões elevados. E que a produtividade com qualidade não seja execrada *in limine* e com ar zombeteiro, sob pena de abrigarmos, dentro dos muros, uma inoperância disfarçada ora de maturação para a pesquisa, ora de apoio às necessidades da iniciativa privada, quando não meramente corporativos.

Avaliações são necessárias em qualquer instância. Na graduação, por exemplo, que a nossa seja intensificada, normatizada, rigorosamente semestral e que sua forma seja, de preferência, através de formulários inteligentes, sem identificação de quem o preenche, tarefa a ser executada ainda em sala de aula, no final de cada semestre letivo.

É saudável que um órgão como a CAPES seja criticado. Nenhuma instituição humana pode e deve ser isenta de crítica. Nem as que buscam o bem-estar extra-terreno.

Não é saudável, no entanto, que suas funções de controle de qualidade sejam meramente descartadas como quantificadoras e que seu perfil também qualificador não seja levado em conta. As correções de rota são sempre bem vindas, assim como a expectativa de que seja um órgão que não fique ao sabor das volúveis marés políticas, corporativas, sectárias ou setoriais.

Como segmento federal responsável pelo enorme volume de financiamento de nossa pesquisa acadêmica, bancada por uma população cuja maioria mal sabe o que é escolarização, é justo que se trace uma estratégia de custos e benefícios. Que aos que os recebem, seja perguntado como se otimizaram os recursos, sem que isso provoque suscetibilidades equivocadas. É dinheiro público.

A parte mais penosa como Representante de Área na CAPES é, sem nenhuma dúvida, as avaliações anuais, sejam ou não as que finalizam o triênio, porque, afinal, o volume de trabalho é o mesmo, a tensão é a mesma, a responsabilidade é a mesma. Sem contar que os desdobramentos, os mal-entendidos, os ressentimentos, velados ou não, são os mesmos.

Foram cinco avaliações entre 1999 e 2004, todas realizadas com extremo grau de eficiência por comitês numerosos com cerca de 20 integrantes e convocados a partir de critérios como: 1) equilíbrio numérico entre docentes de Linguística e de Literatura; 2)

equilíbrio numérico entre as diversas regiões do país; 3) apelo às instituições de maior densidade e representatividade acadêmica na área, independente de serem públicas ou privadas.

Seria imprudente nomear todos os que me ajudaram nessas comissões de avaliação e em outras com fins específicos. A disposição e a boa vontade de tantos colegas espalhados por este país não merecem o risco do esquecimento involuntário. No entanto, através da Profa. Célia Marques Telles da Universidade Federal da Bahia, minha suplente nessa tarefa durante os cinco anos em que a exerci, deixo aqui registrado meu agradecimento e a convicção plena de que, sem o desprendimento e a generosidade desses abnegados colegas, nossa área não teria consolidado o perfil que herdamos dos Representantes anteriores.

Outro ponto a ser destacado nesse trabalho junto à CAPES foi o reaproveitamento da lições aprendidas com a assessoria informal que exerci no *Counseling* da Associação Alumni, entre 1982 e 1984, e na Diretoria Acadêmica do Interuniversity Studies Program-Universidade de São Paulo (ISP-USP), entre 1989 e 1994.

Dessa rica experiência de intercâmbio acadêmico, restou-me a convicção de que nossa universidade, apesar de seu porte e de sua importância no contexto centro e sul-americano, ainda não conta com uma política clara e firme quanto às nossas relações internacionais, em qualquer nível. Ainda não acordamos para uma política de sedução acadêmica mais ampla e menos aleatória, na qual a reciprocidade seja traço constitutivo e necessário. Uma política que seja estruturada e defendida por um organismo interno com a estatura de uma Pró-Reitoria, por exemplo, e não com a de uma simples Comissão, cujos funcionários mais hábeis se desdobram para atender solicitações as mais diversas. Prova desse sono é que mal começam a se estruturar nossos cursos de português para estrangeiros, cujas aulas são sempre dadas nas brechas dos períodos regulares das Letras; nos quais a oferta é mais acanhada que a demanda; em que a infra-estrutura acadêmica é lenta e deficiente, o que prejudica inclusive o seu andamento rotineiro. Ainda não dispomos de um diploma de proficiência de português, no modelo das melhores instituições internacionais como Nancy, Cambridge, Michigan, Goethe ou Cervantes, por exemplo. Se começássemos por esses detalhes, talvez pudéssemos recrutar, num futuro próximo, alunos mais qualificados e menos afeitos à imagem estereotipada do Brasil. Talvez tivéssemos presença

mais incisiva e menos caudatária em muitos departamentos de estudos latino-americanos nos Estados Unidos e na Europa.

Dispusesse a universidade nossa e a brasileira de uma parceria sistemática com o Ministério das Relações Exteriores; pudéssemos os brasileiros contar com institutos de cultura semelhantes à Aliança Francesa, ao Goethe Institut, ao British Culture, ao Camões, à Casa di Dante; fosse-nos dada a oportunidade de uma política cultural sistemática e consistente, longe das improvisações, das efemérides palanqueiras, da enfadonha consagração do futebol ou da mulata, talvez a cultura que se constrói neste país, à revelia dos carpetes planaltinos, se tornasse menos excêntrica à gula da academia estrangeira. Porque nela, por enquanto, estamos fadados aos círculos mais externos, em zona pouco frequentada por cabeças mais criativas e mais inquietas, exceções à parte, como de hábito.

Um procedimento oportuno para a exportação séria de nossas formas culturais merece nossa atenção: o sistema de Leitorado do Itamaraty, que conta com a assessoria da CAPES.

Roma, Bolonha; Londres, Manchester, Essex; Paris, Lyon, Toulouse, Rouen, Nice, Aix-en-Provence; Lisboa, Porto; Berlim; Viena; Estocolmo; Copenhague; Bucareste; Budapeste; Ancara; Nova Delhi; Goa; Pequim; Abidjan; Gana; Houston; Bridgetown; Houston; Havana; Buenos Aires, Córdoba; Montevideu eram (ou ainda são?) alguns dos leitorados para os quais o Itamaraty solicitava sempre o auxílio acadêmico da CAPES, quando se tratava de seleção de candidatos àqueles postos.

Foi entre 1999 e 2005, durante mandato meu naquele órgão governamental, que se sistematizou e se consolidou o processo de editais públicos anunciando a vacância dos leitorados, os prazos para apresentação das candidaturas, bem como as exigências, codificadas por grupos de trabalho que convidei para harmonizar as exigências diplomáticas com as acadêmicas. Dispensó-me de esclarecer que a mudança de procedimento não foi decorrência de minha atuação, mas, sim, de decisões superiores.

Coube, portanto, ao Representante de Letras e Linguística formular as regras para a triagem inicial, desse momento em diante, porque, sem elas, a experiência demonstrara que qualquer cidadão, pelo simples fato de ser falante do português, achava-se no direito de se candidatar à posição. E, ao dar contas de ter desempenhado algum tipo de função profissional, item necessário, justificava seu exercício profissional anterior em funções

como recepcionista, engenheiro químico, agrimensor, caixa de banco, analista de dados, médico sanitário, ongueiro, piloto agrícola ou militante ecológico. Para estes postulantes não se colocava a questão de formação específica e afinada com o universo da cultura simbólica e/ou material. Era evidente que se contentavam com o fato de serem falantes da língua portuguesa desde a infância. Aliás, declaravam isso.

Diante dessa falta de orientação, os grupos de trabalho basearam-se numa portaria do Ministério das Relações Exteriores (MRE/nº 2, 29 mar. 1999) que exigia, de saída, um determinado *grau de envolvimento anterior e sistemático do/a interessado/a com a docência “do idioma português falado no Brasil, da cultura e da literatura brasileiras”*.

Com base nessa determinação, foram refinadas as exigências, nelas incluindo: 1) Currículo cadastrado Plataforma Lattes; 2) Tempo de experiência didática no ensino de língua portuguesa para estrangeiros, variante brasileira, no Brasil e/ou no exterior; 3) Familiaridade comprovável com segmentos específicos da cultura brasileira tais como: Sociologia, História, Política, Literatura, Língua, Linguística, Antropologia, Geografia, Arquitetura; 4) Fluência em uma língua ocidental dominante; 5) Títulos acadêmicos, tais como Especialização, Mestrado, Doutorado, Pós-Doutoramento; 6) Orientação de trabalho acadêmico; 7) Publicações; 8) Trabalhos técnicos.

Nem as viagens constantes pelo país, nem a rotina absorvente e ininterrupta da CAPES me desviaram de projeto maior e mais focado: a recuperação do jornalismo de Olavo Bilac. Com essa pesquisa, começada ainda nos tempos finais da preparação do doutoramento, alimentava meu gosto pela atividade e a expectativa de alcançar o título de livre-docente. Em certo sentido, o doutoramento estendia-se pela livre-docência, em conveniente complementaridade.

Não vem ao caso fastidiar o leitor deste Memorial com a restauração do percurso dessa pesquisa prolongada, cuja extensão, estou certíssimo disso, só se permite se o pesquisador dispuser de tempo integral.

Não posso, no entanto, deixar de mencionar algumas passagens desse trabalho, defendido em dezembro de 2000 e prestes a ser publicado em três volumes pela Edusp / Imprensa Oficial / Unicamp. Um deles contém dez ensaios sobre o jornalismo bilaqueano;

os dois outros contêm farta coleção de crônicas, a grande maioria delas inédita em livro e exemplo persuasivo de uma atividade prolongada e combativa, ao contrário do que ficou registrado na história oficial da Literatura Brasileira.

Com o objetivo, pois, de depor sobre momento que reputo significativo no meu trabalho começo por lembrar que

Desentranhou-se de outra, bem anterior, esta iniciativa de pesquisar o jornalismo de Bilac (1865-1918).

Anos atrás, enquanto íamos e voltávamos pelos vários números da revista Kosmos (1904-1909), em tentativa de perceber um sentido cultural para aquelas páginas repletas de ilustração e de textos tão heterogêneos, esbarramos numa questão ingênua: além daquelas crônicas de abertura, verdadeiros editoriais, será que Bilac teria escrito outras?

A primeira resposta era simples. Bastava consultar os registros bio-bibliográficos, dispersos em histórias literárias e dicionários especializados, para saber que o poeta famoso, mestre do nosso parnasianismo segundo a lição oficial, compilara algumas de suas crônicas. Além, portanto, de suas Poesias (1888), hoje com mais de trinta edições, e de seus volumes de conferências e de teatro, alguns em parceria, o poeta deixara uma seleção pessoal de sua intensa e extensa atividade em revistas e jornais, cariocas e paulistas. Atividade que começou a se firmar em 1890 e a declinar em 1908, dez anos antes de sua morte.

[...]

Cutucado, pois, pela curiosidade inicial, muito pouco satisfeita pelas duas biografias a respeito do homem de letras que esteve no centro de nossa atividade literária e jornalística entre 1888 e 1908, esta investigação tomou como seu primeiro ponto de partida a Gazeta de Notícias. Porque em torno desse jornal, fundado por Ferreira de Araújo em 1874, existe acordo generalizado sobre sua importância enquanto veículo de modernização da imprensa brasileira. Foi o próprio Bilac quem despertou nossa atenção, quando dedicou parte de uma de suas crônicas na Kosmos, à memória de Ferreira de Araújo.⁵

⁵

Estas transcrições são retiradas de *Bilac, o jornalista*. São Paulo: USP-FFLCH, 2000. Vol. 1, Caps. 1 e 3.

As primeiras dificuldades surgiram assim que se desdobrou diante de mim a enorme quantidade de crônicas, espalhadas em jornais cariocas, no começo, e paulistas, depois. Urgiam recortes.

Uma vez definido o periódico que, depois da Kosmos, nos serviria como ponto de partida e de referência, empreendemos a leitura contínua e cronologicamente ascendente da Gazeta de Notícias. A cada momento cresciam a expectativa e a ansiedade, porque se desenhava a certeza da dúvida: que crônica escolher? que critério adotar, diante de massa enorme de informação tão diversificada? Além disso, como conciliar a informação prévia e sedimentada, que nos incutira o parnasianismo do poeta, com aqueles textos que se atiravam sobre o cotidiano com a gula da reivindicação modernizadora e hostil à feição ainda joanina do Rio de Janeiro?

Hesitante ainda quanto ao rumo da pesquisa, decidimos que convinha, ao menos, um sumário de cada crônica para que não se perdessem elas na memória. Mais tarde, determinadas as escolhas, que se orientaram por um relativo interesse documental ainda contemporâneo, firmamos a decisão de não expurgar esses sumários [...], porque acreditamos que, mais que as crônicas escolhidas para a extensa antologia, parceira destes ensaios, podem elas testemunhar a favor da multiplicidade de interesses do cronista ou provocar novas investigações.

Depois dos recortes, novas armadilhas se abriram, verdadeiros alçapões.

O primeiro deles [foi] o de ceder à tentação fácil da armadura metodológica, que protege o pesquisador temeroso da parcimônia de seu material ou da modéstia de sua imaginação crítica. Neste caso, para evitar que a configuração metodológica ganhasse espaço indevido e invadisse, de forma impertinente, o território que cabe ao objeto chamado Olavo Bilac, escolhemos o caminho da falsa indiferença às regras do jogo, algumas das quais se disseminam ao longo dos ensaios. Impedi-las de ocuparem a área destinada às crônicas e de roubarem as luzes reservadas para uma produção jornalística de extensão considerável foi uma queda de braço cujo veredicto cabe ao leitor.

Outro alçapão foi o de não permitir que juízos históricos herdados ou historicamente cultivados em círculo acadêmico restrito se sobrepusessem ao cronista, etiquetando-o disto ou daquilo, engessando-o dentro de uma rígida nominação prévia e em franco desrespeito a uma vivência intelectual diversificada e cheia de desvãos, alguns claros, outros menos. A simples intenção de trazer à tona um material imerso nas estantes das bibliotecas tem a pretensão de colaborar para um desenho mais nítido de um período e de uma figura que lhe foi central. Se o resultado satisfaz ou não é outro veredicto para o leitor.

Como uma das conclusões provisórias, dispersa entre os ensaios e não ortodoxamente colocada no seu final, como preveem os manuais da boa tese, a certeza de que

Engana-se redondamente quem imaginar ingenuidade ou despreparo no exercício bilaqueano do jornalismo. Engana-se redondamente quem imaginá-lo dilacerado entre a decantada superioridade do exercício poético e o suposto rebaixamento da faina em redação. Engana-se redondamente quem imaginá-lo atribuindo escalas de valor diferente ao fado poético e à missão jornalística.

Sem a pretensão de desenhá-lo herói capaz de múltiplas tarefas que demandam níveis diferentes de linguagem e de reflexão, mas firme no intento de revê-lo em seu espaço profissional, há que se reconhecer em Bilac uma consciência de trabalho que não se perde em auto-piedade, nem em reivindicação romântica. Seu terreno não era esse. Sua definição profissional não passava pela comiseração, nem pela ilusão desenfreada. O poeta das estrelas e o jornalista das calçadas conviviam de modo bem mais harmônico do que se poderia esperar ou do que fazem supor os supostos antagonismos herdados da historiografia oficial. Nem mesmo a heterogeneidade dos assuntos, marca essencial da crônica, era motivo para preocupá-lo. Abolição do casamento indissolúvel, exploração do trabalho infantil, progresso tecnológico, falência comercial suspeita, vida em outros planetas ou livro novo na praça, "tudo cabia naqueles pequeninos testemunhos isolados, que não deitam abaixo as instituições, não fundam na terra o império da justiça, não levantam nem abaixam o câmbio, não depravam nem regeneram os homens: escrevem-se, leem-se, esquecem-se, tendo apenas servido para encher cinco minutos da

monótona existência de todos os dias." (O Estado de S. Paulo, 03 out. 1897).

Assim que o projeto bilaqueano estiver definitivamente encerrado, o que será considerado depois da publicação dos volumes que resultaram dessa pesquisa, abre-se espaço mais generoso para outra preocupação, em termos de pesquisa: maior dedicação a um projeto germinal sobre *O Tempo e o Vento* de Érico Veríssimo, em colaboração com colegas gaúchos, e atenção menos interrompida à avaliação de algumas fontes literárias norte-americanas e francesas de Gilberto Freyre. Até o momento, apesar de certa descontinuidade involuntária, sobre Gilberto já pude elaborar alguns ensaios, dentro e fora do convênio CAPES-COFECUB para o qual fui convidado por Sandra Pesavento e por Jacques Leenhardt, da UFRGS de Porto Alegre e da EHESS de Paris, respectivamente.

Em torno de Gilberto Freyre e algumas de suas fontes de formação, já foram elaborados os seguintes ensaios, em ordem cronológica de publicação:

1) "Um manifesto guloso". Prefácio ao *Manifesto Regionalista* de Gilberto Freyre. 7ª. ed. 1996.

2) "Gilberto Freyre e a crítica literária". In: *O Imperador das idéias*. Gilberto Freyre em questão. Org. por Joaquim Falcão e Rosa Maria Barboza de Araújo. 2001.

3) "Barco de proa dupla: Gilberto Freyre e Mário de Andrade". In: Gilberto Freyre - *Casa Grande & Senzala*. Ed. crítica de Guillermo Giucci, Enrique Rodríguez Larreta e Edson Nery da Fonseca. 2002.

4) "De Gilberto Freyre para Fidelino de Figueiredo". In: *A presença de Castello*. Org. de Edilene Matos, Neuma Cavalcante, Telê Ancona Lopez e Yêdda Dias Lima. 2003.

5) "Nas ruínas, o otimismo". In: *Reinventar o Brasil - Gilberto Freyre entre História e Ficção*. Org. de Jacques Leenhardt, Sandra Pesavento e AD. No prelo.

O prosseguimento dessa pesquisa, sem interrupções frequentes, é a meta que se coloca doravante.

Mas isto é assunto para outra ocasião.⁶

Prof. Dr. Antonio Dimas
Literatura Brasileira
USP, fev. 2006.

⁶

Na elaboração deste "Memorial" pude contar com a leitura meticulosa dos colegas e amigos Profa. Teresa Barreto, da área de Literatura Hispano-Americana e Prof. Marcos Antonio de Moraes da área de Literatura Brasileira, ambos da FFLCH/USP.

Contei também com a ajuda técnica de Dênis Machado Rossi do IEB/USP e Marcelo Masuchi da EDUSP.
A todos eles, meus agradecimentos.